Portaria n.º 237/99**de 6 de Abril**

O Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, procedeu à integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional, a nível do ensino superior politécnico.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de Agosto, mandou aplicar ao pessoal docente das escolas superiores de enfermagem o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, com as especialidades nele definidas, instituindo igualmente os necessários mecanismos de transição.

Na sequência do mesmo diploma legal, e em conformidade com o disposto no seu artigo 11.º, foram oportunamente aprovados os quadros transitórios do pessoal docente das escolas superiores de enfermagem, contemplando os lugares necessários à transição dos enfermeiros da área da docência, nas condições previstas no seu artigo 8.º

Tendo já expirado o período fixado para as transições, importa agora adequar o quadro de pessoal docente

e não docente das escolas superiores de enfermagem às necessidades da realidade actual.

Assim:

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, Adjunto e da Saúde, que o quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem da Guarda, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151/88, de 28 de Abril, com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas, seja substituído pelo constante do mapa anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Assinada em 26 de Fevereiro de 1999.

Pelo Ministro das Finanças, *João Carlos da Costa Ferreira da Silva*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

MAPA ANEXO

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Dirigente	—	—	—	Presidente	1
				Vice-presidente	2
				Secretário	1
Docente	—	Docência	Docente (a)	Professor-coordenador	10
				Professor-adjunto	20
					
				Assistente	(b) 4
				Enfermeiro-professor	(b) 1
Enfermeiro-monitor	(b) 2				
Técnico superior ...	—	Gestão financeira, organização, planeamento, estatística e consultadoria jurídica.	Técnica superior	Assessor principal	1
				Assessor	
		Técnico superior principal			
		Técnico superior de 1.ª classe			
Técnico superior de 2.ª classe					
Biblioteca e documentação	Técnica superior de biblioteca e documentação.	Assessor principal	1		
		Assessor			
Técnico superior principal	1				
Técnico superior de 1.ª classe					
Técnico superior de 2.ª classe					
Informática	—	Informática	Operador de sistema	Operador de sistema principal	1
				Operador de sistema de 1.ª classe	
				Operador de sistema de 2.ª classe	
Técnico-profissional	4	Biblioteca e documentação	Técnica-adjunta de biblioteca e documentação.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe	2
				Técnico-adjunto especialista	
				Técnico-adjunto principal	
	Técnico-adjunto de 1.ª classe	2			
	Técnico-adjunto de 2.ª classe				
	Secretariado de apoio à gestão e docência.		Técnica-adjunta	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe	2
Técnico-adjunto especialista					
Técnico-adjunto principal					
Técnico-adjunto de 1.ª classe					
Técnico-adjunto de 2.ª classe					

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Técnico-profissional	4	Fotografia, cinema e som	Operador de meios áudio- -visuais.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe Técnico-adjunto especialista Técnico-adjunto principal Técnico-adjunto de 1.ª classe Técnico-adjunto de 2.ª classe	1
Administrativo	-	Coordenação e chefia de serviços.	—	Chefe de repartição	1
			—	Chefe de secção	2
	Tesouraria	Tesoureiro	Tesoureiro	1	
	Actividade administrativa	Oficial administrativo	Oficial administrativo principal Primeiro-oficial Segundo-oficial Terceiro-oficial	2 2 2 2	
Auxiliar	-	Condução e conservação de veículos ligeiros.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	1
		Recepção, emissão e enca- minhamento de chama- das telefónicas.	Telefonista	Telefonista	2
		Reprodução de documen- tos por fotocópia.	Operador de reprografia ...	Operador de reprografia	1
		Alimentação	Cozinheiro	Cozinheiro	(b) 1
		Tratamento de roupa	Operador de lavandaria ...	Operador de lavandaria	(b) 1
		Aprovisionamento e vigi- lância.	Auxiliar de apoio e vigi- lância.	Auxiliar de apoio e vigilância	6

(a) Em qualquer momento não poderão estar preenchidos mais de 30 lugares na globalidade desta carreira.

(b) Lugares a extinguir à medida que vagarem.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 238/99

de 6 de Abril

Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 385/88, de 25 de Outubro, pode o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas autorizar, mediante portaria, por tempo limitado e em condições expressamente definidas, arrendamentos de campanha por períodos inferiores a um ano.

Nestes termos:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º — 1 — Durante o ano de 1999, o arrendamento de campanha rege-se pelo disposto na presente portaria.

2 — Para efeitos desta portaria, entende-se por:

a) Arrendamento de campanha — contrato pelo qual uma parte, mediante retribuição, transfere para outra, chamada «campanheiro» ou «sea-

reiro», a exploração de culturas de um ou mais prédios rústicos ou parte deles, por um ou mais anos, até ao limite máximo de uma campanha por cada folha cultural;

b) Seareiro/campanheiro — agricultor autónomo, titular de uma exploração do tipo familiar, quando esta empresa agrícola é constituída por uma pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a actividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico, sem recurso ou com recurso excepcional ao trabalho assalariado, ou o trabalhador rural que vive exclusiva ou predominantemente da agricultura e explora a terra nas condições previstas na alínea anterior.

3 — Compete às associações de agricultores legalmente constituídas na área onde se localizam os prédios rústicos objecto de arrendamento de campanha ou, quando estas não existam, às zonas agrárias respectivas certificarem a verificação dos requisitos relativos à alínea b) do n.º 2.